



Maria João Barroso Hortas  
*Instituto de Geografia e Ordenamento do Território –  
Centro de Estudos Geográficos –  
mjhortas@gmail.com*

## **Escola, Comunidade e Território: Actores e Agentes na Construção da Cidade Multicultural**

**Cidades, Ordenamento e Regeneração Urbana. Governança, Policentrismo e Regeneração Urbana.**

### **Introdução**

As populações migrantes têm tido um papel importante no crescimento urbano, gerando significativas mudanças de âmbito social, económico e espacial nas cidades. Espaço de residência, lugar de relação, de práticas sociais, e de oportunidades de mobilidade geográfica, económica e social, a cidade reflecte o encontro de comunidades diversas. Esta convivência entre população imigrante e comunidades de acolhimento reclama, à escala local, novas dinâmicas que mobilizem populações e instituições.

É ao nível local que o sistema de educação pública é confrontado com a imigração, emergindo a necessidade de coordenação de políticas e estratégias que criem condições para a integração dos recém-chegados.

A União Europeia sugere aos governos locais e instituições não governamentais um trabalho multidisciplinar, facilitador de uma abordagem crítica a partir de diferentes perspectivas, que inclua a diversidade nos programas e sistemas de ensino formais e não formais, e a definição de políticas escolares mais inclusivas, promotoras de laços, de diálogo, de conhecimento e de descoberta sobre a diversidade. Estas medidas, em conjunto com outras, conduzirão à promoção do diálogo entre migrantes e sociedade de acolhimento (nomeadamente ao nível local) e proporcionarão os meios para uma participação activa no processo de integração, quer dos migrantes recém-chegados, quer daqueles que já residem no território há alguns anos.



residente no território em função das suas origens e escalões etários.

Para a caracterização da população que frequenta as escolas recorremos aos dados estatísticos disponibilizados por estas e também à informação obtida a partir dos questionários aplicados aos alunos do 4º, 6º e 9º anos a frequentar os agrupamentos no ano lectivo de 2009-2010. Utilizamos ainda as informações cedidas pelos directores dos agrupamentos de escolas nas entrevistas realizadas e consultamos os projectos educativos de escola e/ou de agrupamento.

A informação que mobilizámos sobre as instituições locais foi obtida a partir do levantamento das mesmas e de algumas entrevistas realizadas. A análise que apresentamos, dos projectos desenvolvidos no território no âmbito do Programa Escolhas, resulta da consulta da informação disponibilizada no sítio do Programa e também das entrevistas realizadas junto dos coordenadores locais de cada projecto.

## **2. Cidades, Imigração e Integração: a emergência do local**

As cidades são hoje, como nos refere Paul White (2002), “produtos das migrações”. A cidade contemporânea reflecte na sua população, nas suas actividades económicas e nos seus espaços públicos o encontro de comunidades diversas. Comunidades que têm desempenhado um papel fundamental no crescimento urbano e também na reabilitação de áreas abandonadas pela população local ou tornadas obsoletas (Barata Salgueiro, 2006).

A chegada de populações imigrantes à cidade e a necessidade que estas revelam em assegurar um lugar na nova sociedade, não apenas no sentido físico (casa, emprego e ordenado, equipamentos de educação e saúde) como também no sentido social e cultural exigem respostas que reclamam, à escala local, novas dinâmicas que mobilizem populações e instituições. Os recém-chegados aspiram ao reconhecimento na nova sociedade e à aceitação com base nas suas diferenças (Penninx e Martiniello, 2010). Neste sentido, a coexistência numa cidade multicultural remete-nos para a necessidade de interacção, relação positiva entre dois grupos: o imigrante e a sociedade de acolhimento. Estas observações permitem-nos assumir a integração como um processo complexo, interactivo, que envolve diversas facetas, os imigrantes e seus descendentes mas também os indivíduos, grupos e instituições da sociedade de acolhimento (Fonseca e Malheiros, 2005). Um processo que se joga sempre entre dois pilares, num deles situamos o imigrante com as suas características individuais, as suas aspirações e predisposição para fazer parte de um nova sociedade e, no outro pilar, a sociedade de acolhimento constituída pelos indivíduos, pelos grupos e pelas instituições. É deste jogo de aceitação e reconhecimento entre, por um lado, o imigrante e, por outro, a sociedade de acolhimento que se processa a integração. O processo de “se tornar parte aceite da sociedade” e que envolve três dimensões fundamentais: as dimensões político-legal, socioeconómica, cultural e religiosa (Penninx e Martiniello, 2010).

São diversos os actores que interferem na integração da população imigrante podendo considerar-se, segundo Penninx e Martiniello (2010), três níveis nesse processo: o individual que se refere ao imigrante, o colectivo referente ao grupo de imigrantes e o institucional que remete para as instituições públicas gerais ou específicas dos imigrantes. É ao nível institucional que a escola, instituição pública, se situa e que o sistema de educação pública se confronta com a imigração.

As escolas, principais organizações educativas do território, são hoje espaços de significativos intercâmbios culturais e, como tal, devem desempenhar um papel importante na criação e sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante.

As respostas a este desafio implicam o envolvimento da escola, da comunidade e das restantes instituições locais na produção de políticas de integração e de mecanismos de inclusão social ajustados à realidade local. É ao nível da freguesia, dos bairros e núcleos de vizinhança que se expressa quotidianamente grande parte da inclusão ou da exclusão (Gimenez Romero, 2010). É neste sentido que os actores e agentes que operam à escala local e que contribuem para o processo de integração devem organizar-se em rede, uma rede na qual a escola deve ser um dos parceiros fundamentais numa lógica de valorização das suas linhas de actuação e da sua abertura ao exterior.

As sucessivas conferências do Conselho da Europa, realizadas no âmbito da temática das migrações, têm-nos confrontado com recomendações que valorizam o papel da escola na inclusão social das populações migrantes nomeadamente: i) na sensibilização dos alunos para as diferenças culturais; ii) na promoção das relações intracomunitárias; iii) na manutenção do bem-estar social nas sociedades pluriculturais contemporâneas; iv) na luta contra o racismo e xenofobia. A Declaração de Istambul (2008)<sup>1</sup> sublinha a importância do envolvimento das escolas e restantes instituições locais no processo de integração dos imigrantes, apelando à participação de todos os grupos nas tomadas de decisão. São estas instituições, públicas, privadas e da sociedade civil que, ao nível local, actuam na construção dos quadros de vida das populações. Neste sentido, defendemos ao nível local a participação concertada das organizações que agem nos domínios da educação e formação na construção de políticas locais, valorizando a importância estratégica da educação na construção da cidade. O reforço da base comunitária, através do estabelecimento de parcerias entre órgãos das autarquias e organizações locais, revela-se fundamental na concepção e realização dessas políticas.

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.coe.int/t/dg4/youth/Source/Resources/Documents/2008\\_Istanbul\\_Declaration\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/youth/Source/Resources/Documents/2008_Istanbul_Declaration_en.pdf) (acedido em 10/9/ 2010)

### 3. A escola, a comunidade e o local: estudo de caso

#### 3.1. A área em estudo no contexto da cidade de Lisboa

A área do centro histórico de Lisboa é, reconhecidamente, um local da cidade onde existe uma forte concentração de populações estrangeiras. Uma presença marcada pelo número de estabelecimentos de comércio étnico, pela apropriação dos espaços públicos, transformados em importantes locais de encontro, socialização e difusão de informações inter e intra grupos migrantes, e também pela ocupação residencial, tanto em pensões como em habitações alugadas, formal ou informalmente. Neste território residem estrangeiros de origens diversas (africanos, asiáticos, brasileiros, etc.), com diferentes tempos de permanência no País (desde os recém chegados até grupos de fixação mais antiga) e também com situações de regularização de permanência distintas. Com estes convivem populações nacionais com características demográficas e sociais específicas.

No território em estudo residem 118 971 habitantes, cerca de 21% da população da cidade de Lisboa.<sup>2</sup> Trata-se de um território que se apresenta em declínio demográfico e onde algumas freguesias perderam mais de 30% da população residente em 1991.

A aceleração acentuada dos índices de envelhecimento, a perda de população, a degradação do parque habitacional e o valor das rendas praticado nesta área da cidade têm-se tornado factores de atractividade para a fixação de populações imigrantes de origens diversas. Em 2001, esta área concentrava cerca de 32,3% da população estrangeira<sup>3</sup> do concelho, cerca de 5% da população residente nestas freguesias era estrangeira, um valor 1,5 vezes superior ao valor do concelho.

O mapa do quociente de localização dos estrangeiros e duplos nacionais residentes no concelho de Lisboa (Fig. 2) permite-nos confirmar a tendência para a concentração desta população nesta área do centro da cidade. Além desta concentração, visível através do mapa da figura 2 é também notória, através de uma análise desagregada dos quocientes de localização em função das origens dos estrangeiros,<sup>4</sup> uma diversidade das origens na área em estudo.

---

<sup>2</sup> Segundo os censos de 2001.

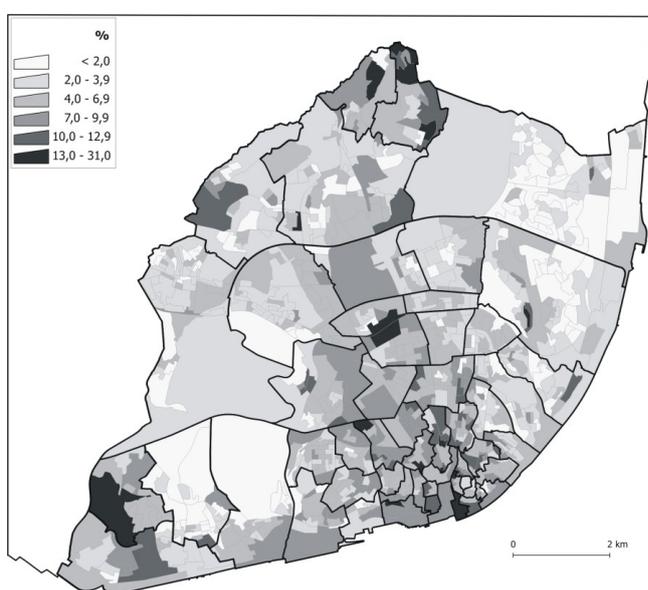
<sup>3</sup> O Recenseamento da População contabiliza apenas a população estrangeira residente em território nacional, há pelo menos um ano, independentemente do seu estatuto jurídico.

<sup>4</sup> Neste estudo não é nosso objectivo apresentar a análise desagregada dos quocientes de localização em função das origens dos estrangeiros. A reflexão que fazemos é sustentada pela análise da cartografia elaborada no âmbito de um projecto de investigação sobre a Saúde e Imigração realizado no núcleo MIGRARE do CEG e que referimos na bibliografia.

As freguesias que concentram maior número de imigrantes são S. Jorge de Arroios, Pena, Anjos, Penha de França, Graça e S. Mamede. Nestas concentra-se 50% da população estrangeira residente na área em estudo.<sup>5</sup>

A leitura do quadro das origens da população estrangeira revela-nos que são os europeus (U.E. 15) e a população oriunda dos PALOP aqueles que se encontram em maior número entre os estrangeiros residentes neste território (Quadro 1). Em terceiro lugar, encontramos a população originária do Brasil, seguida dos estrangeiros oriundos de outros países europeus (em particular de países do leste da Europa) e, nas duas últimas posições, a população de origem indiana, paquistanesa e chinesa.

Fig. 2 - Quocientes de localização dos estrangeiros e duplos nacionais no concelho de Lisboa, 2001



Fonte: MIGRARE, 2010.

Quadro 1 – Distribuição comparada da população estrangeira, no concelho de Lisboa e nas freguesias que compõem a área de estudo (2001)

Nacionalidade	U.E. 15		Out. Países Europ.		Palops		Brasil		China		Índia & Paquistão		Outras Nac.		Estrangeira	
	nr	%	nr	%	nr	%	nr	%	nr	%	nr	%	nr	%	nr	%
<b>Conc. Lisboa</b>	4298	22,9	1440	7,7	7615	40,6	2740	14,6	440	2,3	838	4,5	1365	7,3	18736	3,3
<b>Área de Estudo</b>	1741	28,8	498	8,2	1646	27,2	926	15,3	266	4,4	392	6,5	583	9,6	6052	5,1
<b>Proporção da área de estudo no tot. conc. (%)</b>	<b>40,5</b>		<b>34,6</b>		<b>21,6</b>		<b>33,8</b>		<b>60,5</b>		<b>46,8</b>		<b>42,7</b>		<b>32,3</b>	

Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001. Tratamento próprio.

<sup>5</sup> As observações que fizemos durante o trabalho de campo permitem-nos referir que os dados que apresentamos dos Censos de 2001 subavaliam a população de origem estrangeira que hoje encontramos nestes territórios por considerarem apenas os estrangeiros que residiam há pelo menos um ano em espaço nacional à data do Censo.

A análise das origens da população estrangeira residente na área em estudo, quando comparada com os estrangeiros que residem no concelho de Lisboa revela uma tendência para a concentração neste território, do centro da cidade, de população com origem na China, na Índia e Paquistão. A presença nestes espaços de um centro de comércio de base étnica (Mouraria-Martim Moniz) com uma forte presença asiática, torna-se claramente um factor atractivo para os imigrantes que chegam destes territórios e que aqui encontram oportunidades de se estabelecerem como comerciantes, num contexto social e económico que lhes é familiar e de continuidade das relações co-étnicas que muitas vezes apoiaram o movimento migratório.

### 3.2. Os alunos e a escola

A diversidade e concentração de população imigrante a que fizemos referência anteriormente encontra-se representada nas escolas dos agrupamentos em estudo. Entre 10 a 20% das crianças e jovens que frequentam estes agrupamentos não têm nacionalidade portuguesa e mais de 30% são descendentes de pais estrangeiros.<sup>6</sup>

Os questionários aplicados aos alunos permitem-nos identificar, numa amostra de 667 alunos, com idades compreendidas entre os 9 e 18 anos, que cerca de 16% são imigrantes sendo as áreas de origem mais representadas o Brasil, os PALOP, os países europeus de leste e a Rússia (Quadro 2). Contudo, se atendermos à naturalidade dos pais percebemos que apenas 64,4% dos alunos são descendentes de pais portugueses, 21,6% descendem de pais estrangeiros e 14% tem um dos progenitores de origem estrangeira.

Entre os alunos imigrantes, cerca de 13% chegou há menos de um ano a Portugal e 57,3% chegou a Portugal entre 2004 e 2009.

Quadro 2 – Origem dos alunos que frequentam as escolas dos três agrupamentos (4º, 6º e 9º anos)

	Naturalidade	
	nº alunos	%
<b>Portugal</b>	562	84,3
<b>U.E. 15 (excep Port.)</b>	8	1,2
<b>E.U. Leste + Russia</b>	21	3,1
<b>PALOPs</b>	25	3,7
<b>Brasil</b>	36	5,4
<b>Ásia</b>	10	1,5
<b>Outros</b>	5	,7
<b>Total al.</b>	667	100,0
<b>Total al. Imig.</b>	105	15,7

Fonte: Questionários aplicados aos alunos (4º, 6º e 9º anos). 2009-2010

<sup>6</sup> Informação disponível nos projectos de agrupamento e cedida nas entrevistas realizadas aos directores de escolas.

A análise das respostas aos itens referentes à receptividade dos alunos portugueses em relação aos imigrantes e a sua inclusão no grupo de amigos que mantêm fora do espaço escolar revela-nos que, de um modo geral, as crianças e jovens portugueses estabelecem laços de amizade com pares de diferentes origens geográficas. Dos alunos de origem portuguesa, 90% refere relacionar-se com pares de origem imigrante, nas brincadeiras e no convívio fora da escola, e também encontramos diversas referências a relações de amizade com pares de outras origens entre os alunos de origem imigrante.

Assim, a maioria dos alunos portugueses destas escolas revela ter atitudes de aceitação dos imigrantes e de acolhimento, quer na sala de aula, quer nas brincadeiras em que se envolve, quer ainda nas relações de amizade que continua/mantém fora do espaço escolar. A estas atitudes não será certamente alheia a educação que recebem na família mas, por outro lado, o convívio que diariamente mantêm na escola com colegas de diferentes origens (Rodrigues, 2006). Contudo, convém ressaltar o facto de se tratar de uma análise que também pode ser condicionada pela proximidade dos locais de residência, dado estarmos a analisar alguns grupos que, devido à sua idade, certamente têm uma mobilidade reduzida e que, nos bairros onde habitam, podem estar mais próximos geograficamente de uns grupos relativamente a outros.

Retendo alguns aspectos que parecem ser relevantes apraz-nos sublinhar (i) a predisposição do grupo de alunos da sociedade de acolhimento para se relacionar com todos os outros e (ii) a abertura dos grupos de imigrantes ao estabelecimento de relações de amizade, quer com os portugueses, quer com outros grupos de imigrantes. Os resultados obtidos vêm corroborar a observação que fizemos em situação de sala de aula e nas brincadeiras e convívio nos espaços da escola e reforçar o importante papel desta instituição na promoção de mecanismos de integração social que se podem rever no plano das relações sociais quotidianas que se estabelecem fora desta, no bairro e na sociedade de acolhimento (Hortas, 2008). Poderemos questionar até que ponto a convivência em meio escolar entre estas crianças de origens diversas é transportada para fora da escola e tem efeitos multiplicadores na construção das relações de amizade que são estabelecidas fora desta.

Para a Escola, a presença de alunos de origem imigrante é em muitas situações acatada como parte de uma realidade que caracteriza hoje a população escolar. Frequentemente é referido como principal problema da presença de alunos imigrantes o difícil domínio da Língua Portuguesa por parte destes e todas as dificuldades que daí advêm para os docentes na definição e articulação das suas estratégias a um conjunto de alunos que não tem a Língua Portuguesa como língua materna.

Os problemas de indisciplina e de abandono escolar não são tidos como um exclusivo destas comunidades. Os responsáveis pela escola reforçam a ideia de que se trata de questões que são independentes das origens étnico-culturais.

Relativamente à abertura da escola ao exterior e ao envolvimento da e com a comunidade, os inquiridos elencam um conjunto de observações que consideram caracterizar este domínio. Começam por se referir às fracas expectativas e participação das famílias na escola assumindo também as dificuldades que são sentidas pela mesma na abertura ao exterior.

As afirmações que transcrevemos, das entrevistas realizadas aos directores de agrupamento são ilustrativas do que acabamos de descrever:

“Fracas participação das famílias na vida escolar” (E1, E2, E3)

“Reduzidas expectativas de um número significativo de Encarregados de Educação em relação à escola”. (E1)

“Fracas abertura da escola à comunidade” / “Inexistente intervenção da escola na comunidade”.(E1)

“Existência de parcerias/protocolos pontuais (Autarquia; J. Freguesia; C. Saúde; Museus; Sta Casa Misericórdia; ACIDI)”. (E1, E2, E3)

A análise dos projectos educativos de escola acrescenta ainda, às informações obtidas através das entrevistas, algumas das intenções desta face à necessidade de se relacionar com os agentes locais no sentido de se afirmar com um papel mais activo, junto da comunidade local, mobilizador e potencializador dos recursos endógenos.

As informações que mobilizamos dos projectos educativos e que transcrevemos a seguir permitem-nos confirmar estas intenções:

“Mobilizar os agentes da comunidade educativa para o estabelecimento de parcerias e reforçar as existentes” (Projecto Educativo de Agrupamento N.G., 2007-10)

“Estabelecer parcerias e protocolos de cooperação com entidades locais” (Projecto Educativo de Escola G.V.)

“Articulação do trabalho das várias parcerias com vista à rentabilização de recursos e à eficácia das acções a desenvolver”.

“Dinamização local de projectos: culturais; desportivos; empreendedorismo; alfabetização de adultos; universidade sénior”.

“Eventos festivos e actividades que valorizem todas as culturas presentes na comunidade escolar e educativa”.(Projecto Educativo TEIPII; Passos XXI)

Com a excepção de um agrupamento de escolas, é evidente que não existe, por parte da escola, uma referência específica à população imigrante. As parcerias que são referidas como uma necessidade surgem no contexto global da escola e não como resultado da presença de comunidades imigrantes. Tal como tivemos oportunidade de constatar, nas entrevistas

realizadas, os alunos imigrantes são entendidos como todos os outros, fazendo parte do grupo e não como uma excepção ao mesmo. A escola assume aqui uma postura que também nos é preconizada pela legislação nacional referente à integração dos alunos imigrantes no sistema de ensino.<sup>7</sup> Uma atitude que nem sempre deixa em aberto a possibilidade de uma intervenção que valorize a diversidade cultural que a escola encerra.

### 3.3. As instituições locais

Existem no território diversas instituições públicas, privadas e da sociedade civil, de apoio à educação não formal<sup>8</sup> de crianças e jovens. Entre estas destacamos as juntas de freguesia, os clubes desportivos e recreativos, as bibliotecas, as ludotecas, a Santa Casa da Misericórdia, os grupos de teatro e as associações de imigrantes.

Algumas destas instituições têm parcerias pontuais com a escola, outras fazem parte de consórcios que integram também instituições localizadas fora do bairro e/ou mesmo de âmbito nacional.

Entre as diferentes instituições inseridas neste território, encontramos dois consórcios que envolvem instituições locais e que orientam a sua intervenção nos domínios da integração e inclusão de crianças, jovens e respectivas famílias, em particular de imigrantes.

Estes consórcios foram criados para dinamizar projectos no âmbito do Programa Escolhas (4ª Geração), em particular os projectos +*Skillz* e *Contacto Cultural*. Os projectos, construídos para dar resposta a um conjunto de aspectos para os quais o sistema de educação formal não tem conseguido solução, centram a sua intervenção em torno de três grandes objectivos gerais:

- promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social;
- apostar na mobilização das comunidades locais e no modelo de envolvimento das instituições em consórcios locais;
- promover a co-responsabilização de todos os intervenientes, procurando assegurar a rentabilização dos recursos existentes nos territórios.

---

<sup>7</sup> Os documentos legais não definem “aluno imigrante”, referem-se a filhos de imigrantes, alunos cuja língua materna não é a Língua Portuguesa e alunos estrangeiros. A Constituição da República Portuguesa (CPR) define, no Artigo 74.1 que “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.” Assim, todas as crianças e jovens imigrantes ou descendentes de imigrantes que se encontrem a residir em Portugal têm, perante a lei, direito ao ensino e a frequentar qualquer escola em situação de igualdade para com a restante população.

<sup>8</sup> Entende-se por educação não formal “o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferencialmente desenhadas em função de explícitos objectivos de formação ou de instrução, que não estão directamente dirigidos à provisão de graus próprios do sistema educativo regulamentado.” (Trilla 1993:30, citado por Lopes 2008).

A aposta na mobilização e capacitação comunitária, privilegiada nestes projectos, revela-se fundamental no envolvimento da comunidade nas acções promovidas pelo projecto, mas também no encontro de meios e respostas necessárias à implementação do mesmo. A figura do dinamizador comunitário<sup>9</sup>, integrado na equipa técnica, surge neste contexto, com um papel fundamental na articulação entre o território, os destinatários directamente envolvidos e a equipa técnica responsável pela implementação do projecto.

Os projectos desenvolvidos no âmbito do Programa Escolhas centram a sua acção em cinco grandes áreas<sup>10</sup>:

- I. Inclusão Escolar e Educação Não Formal
- II. Formação Profissional e Empregabilidade
- III. Dinamização Comunitária e Cidadania
- IV. Inclusão Digital (transversal)
- V. Apoio ao Empreendedorismo e Capacitação

Os dois projectos que nos encontramos a analisar têm características um pouco diferentes, quer no âmbito da sua acção, quer no público que mobilizam.

O projecto *Contacto Cultural* não inclui na sua acção a Inclusão Escolar e Educação Não Formal, tem como principais destinatários os jovens e centra grande parte da sua intervenção no território integrado nas freguesias dos Anjos, Socorro e Pena, envolvendo um público que frequenta maioritariamente os agrupamentos de escolas Nuno Gonçalves e Gil Vicente. O projecto Skillz responde às cinco áreas de acção, mobiliza crianças e jovens, um público que reside maioritariamente nas freguesias do Bairro Alto e que frequenta o agrupamento de escolas Baixa-Chiado.

O consórcio que dinamiza o projecto *Contacto Cultural* envolve quatro parceiros formais: a Junta de Freguesia dos Anjos, o Sport Clube do Intendente, a Associação Solidariedade Imigrante e a Kalpa, grupo de comunicação e imagem. Além destes parceiros, identificamos outros que intitulamos de parceiros informais e que são solicitados ou se disponibilizam para intervir no âmbito das actividades e acções específicas que são dinamizadas pelo projecto. São

---

<sup>9</sup> Define-se como dinamizador comunitário um jovem oriundo da comunidade, com perfil de liderança positiva e facilidade de relacionamento interpessoal, capacidade de negociação e de representação institucional e de mediação social. Deverá também possuir competências que demonstrem uma efectiva mais-valia para o desenho do projecto ao nível da implementação de actividades. [http://programaescolhas.pt.s3.amazonaws.com/candidatura/E4G\\_NE2.pdf](http://programaescolhas.pt.s3.amazonaws.com/candidatura/E4G_NE2.pdf) (acedido em: 27/9/2010).

<sup>10</sup> <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao> (acedido em: 27/9/2010).

exemplo a Câmara Municipal de Lisboa, as associações recreativas e desportivas de bairro, a academia de produtores Culturais, o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, o gabinete Encruzilhada Mundos e outros actores individuais da sociedade civil. Os contributos destes actores revelam-se fundamentais no âmbito das acções de dinamização comunitária e cidadania que mobilizam os recursos endógenos e a população local. Entre as actividades dinamizadas neste âmbito podemos referir os workshops de música, som e imagem, as actividades desportivas, os jogos de rua e os festivais, os encontros intergeracionais e as exposições. Todas estas promovidas em espaços do bairro que se encontram obsoletos, em desuso e que necessitam de revitalização no contexto urbano. Espaços que muitas vezes os próprios jovens desconhecem, que não são atractivos e/ou que, pelas características do público que os frequenta são marginalizados. As intervenções que têm sido levadas a cabo no âmbito deste projecto têm, por um lado, permitido uma aproximação dos jovens ao bairro e, por outro lado, mobilizado também alguma população senior que até então olhava para estes jovens como uma ameaça à sua segurança nos espaços que frequenta. Também tem sido objectivo deste projecto a promoção de acções que tenham efeitos multiplicadores na revitalização de antigos clubes de bairro, ruas e praças, que são escolhidos para palco das actividades que dinamizam.

Neste projecto não encontramos as escolas como parceiras, apesar dos destinatários serem jovens que se encontram em idade escolar. A mobilização destes para o projecto é feita fundamentalmente a partir do bairro, da divulgação das actividades que desenvolvem, das redes de contactos que os jovens estabelecem entre si, da abertura do espaço do projecto à comunidade e da atractividade que os recursos disponíveis (ao nível do som, imagem e informática) exercem sobre os jovens. Contudo, os técnicos locais reconhecem que a presença da escola é fundamental no consórcio do projecto, pelas potencialidades que desta podem advir em termos da articulação de acções no sentido de uma melhor integração dos jovens, assim como na mais valia que a abertura de uma instituição como a escola a um projecto na comunidade sempre pode dar aos jovens em particular e ao projecto e à comunidade em geral.

Por sua vez, o projecto *+Skillz*, é dinamizado por um consórcio onde se encontra presente um agrupamento de escolas (Baixa-Chiado), uma junta de freguesia (Sta Catarina), a direcção regional do IPJ, o CPCJ de Lisboa Centro, uma fundação ligada às tecnologias de informação, duas associações de âmbito cultural e intervenção comunitária (Associação Entremundos e Associação Mais Cidadania). Este projecto conta também com a colaboração de um conjunto de parceiros informais locais e externos à comunidade que intervêm na dinamização de algumas actividades no bairro e na resposta à formação profissional e empregabilidade. Entre estes podemos citar os centros de emprego locais, a Sta Casa da Misericórdia, os clubes desportivos, os centros culturais, os empresários do comércio e restauração locais.

Este projecto centra a sua acção nas cinco áreas de intervenção do Programa Escolhas,. Procura assim responder também à Inclusão Escolar e Educação Não Formal, mobilizando como parceiro o Agrupamento de Escolas do bairro. Os seus espaços de intervenção situam-se na escola e na comunidade, promovendo a articulação entre as três instituições/eixos fundamentais

de intervenção educativa na vida da criança e do jovem (família, escola e comunidade) (Gervilla, 2008). Na escola, as actividades de animação de pátio desenvolvidas e a articulação com o gabinete de apoio à família facilita a mobilização das crianças, jovens e respectivas famílias para as actividades que são disponibilizadas fora deste espaço, em contexto de educação não formal.

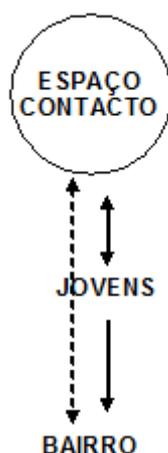
No bairro vivem-se problemas de exclusão social associados à pobreza e à diversidade étnica, problemas que são transportados para a escola e que se reflectem no abandono escolar precoce e no insucesso escolar<sup>11</sup>. A abertura ao envolvimento em projectos com a comunidade é fundamental na construção de uma política educativa que facilite, quer às crianças, quer aos membros dessa comunidade, a possibilidade de aceder a níveis de formação e crescimento pessoal adequados. As actividades dinamizadas fora do espaço escolar, em articulação com a própria escola, podem ser mobilizadoras destas crianças e jovens para as aprendizagens escolares e, contribuir para o seu crescimento humano, proporcionando-lhe vivências em contextos de maior afecto, segurança e tranquilidade que muitas vezes não encontram na família e no bairro.

Os dois projectos analisados, na óptica do contributo para a integração ao nível local das populações imigrantes e seus descendentes, revelam-nos dois processos possíveis de mobilização e envolvimento dos actores locais na construção da cidade multicultural.

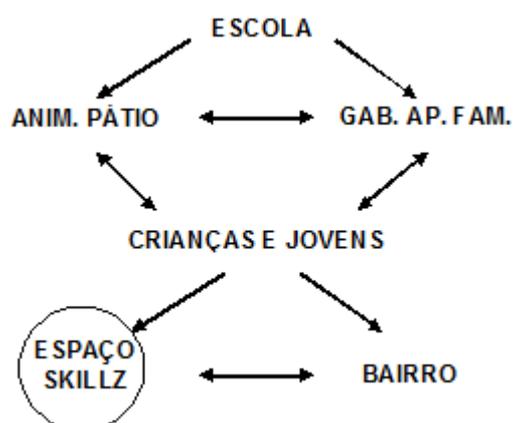
No primeiro caso, os jovens são mobilizados a partir do bairro para as actividades desenvolvidas no âmbito do projecto e que claramente pretendem ter impacto e envolver a comunidade local (Fig. 3). Neste, a escola não surge como um parceiro, não sendo possível uma partilha e consertação na definição e concretização dos objectivos e estratégias de intervenção com as instituições que ao nível local actuam no sentido da integração. O investimento que é feito ao nível da integração dos jovens imigrantes e famílias no bairro surge à margem do trabalho que pode estar a ser desenvolvido pela escola nesse sentido. Não só não é possível uma partilha na condução do processo como também escola e comunidade podem actuar em sentidos opostos, não mobilizando e rentabilizando as mais valias que os diferentes actores ajudam a construir.

---

<sup>11</sup> O agrupamento Baixa-Chiado passou a TEIP em 2009, reflexo das características socio-económicas da população escolar e de um conjunto de problemas associados ao absentismo, abandono escolar precoce e insuficientes resultados escolares. O documento do projecto encontra-se disponível em [http://www.abc.edu.pt/media/files/TEIP/Projecto\\_TEIP\\_-\\_PASSOS\\_XXI.pdf](http://www.abc.edu.pt/media/files/TEIP/Projecto_TEIP_-_PASSOS_XXI.pdf)

Fig.3 – Esquema organizativo do projecto *Contacto Cultural*

No segundo projecto, a mobilização da escola revela-se fundamental (Fig. 4), na articulação de tarefas e, acima de tudo, na condução de um processo que é partilhado pelos diferentes actores no local. A abertura da escola ao exterior revela-se fundamental para a construção da integração e permite gerar dinâmicas de aceitação, reconhecimento e confiança entre os diferentes agentes locais. A organização em rede com os restantes parceiros revela-se facilitadora da actuação da escola na comunidade permitindo, ao mesmo tempo, a mobilização das mais valias que resultam da intervenção dos restantes actores para a escola.

Fig. 4 – Esquema organizativo do projecto *+Skillz*

A importância do valor criado a partir das redes sociais e dos contactos entre indivíduos que são proporcionados a partir de projectos com esta natureza, têm claramente efeitos multiplicadores no desenvolvimento económico e social, político e cultural da comunidade local. Por outro lado, a mobilização de capacidades relacionais, de trabalho em equipa, de autonomia,

de responsabilidade, de decisão, de criatividade, de abertura a parcerias múltiplas poderá ser geradora de respostas eficazes e criativas face à diversidade, também elas desencadeadoras de mudanças que não retiram ao meio a sua coerência/identidade (Cros, 2002).

Se remetermos para esta análise o conceito de capital social, definido por Putnam (1993), poderemos adiantar que as relações de confiança estabelecidas a partir das redes sociais são facilitadoras das formas de coordenação e cooperação, com benefícios para ambas as partes e com reflexos positivos na integração social das populações imigrantes e na construção da cidade multicultural.

### **Considerações Finais**

A coexistência numa cidade multicultural remete-nos para a interacção, relação positiva entre dois grupos, o imigrante e a sociedade de acolhimento. Na construção deste diálogo a dimensão local, os agentes e os actores que diariamente convivem com a população recém chegada, têm um papel decisivo.

A inclusão dos imigrantes na vida local é uma das dimensões fundamentais da integração e é ao nível da freguesia, dos bairros que se expressa quotidianamente grande parte da inclusão ou exclusão. É neste sentido que defendemos que os actores e agentes que operam à escala local devem organizar-se em rede. Uma rede que envolva o complexo conjunto de actores que actuam no espaço urbano e na qual a escola deve surgir como um dos agentes mobilizadores ao nível local, valorizando as suas linhas de acção e abertura ao sistema de relações com o exterior.

No exercício de análise que acabamos de fazer a escola reconhece a importância de se “virar para o meio”, de se organizar em rede com instituições locais e participar em projectos comuns. Estas intenções são evidentes em algumas estratégias de actuação que define. Contudo, assume que existem ainda fragilidades no estabelecimento de parcerias locais, na mobilização da comunidade, na sua organização para o exterior, no sentido da sua integração como um nó de uma rede de relações organizada à escala local.

Algumas instituições locais que actuam na comunidade integram projectos com características diversas, mobilizando a comunidade local para a participação nos projectos que dinamizam. Procuram no bairro actores e agentes que envolvem na construção e condução das suas estratégias e actividades, e procuram a escola para o estabelecimento de parcerias, reconhecendo a importância de se organizar em rede e participar em projectos comuns.

O desafio que se coloca à escola passa pela sua afirmação no contexto local, pela capacidade de se adaptar ao meio, de se articular com os parceiros locais organizando-se em rede, rentabilizando e potencializando os recursos endógenos e as relações sociais no sentido de ajudar a construir comunidades social e culturalmente diversas que recorrem à escola como espaço de aprendizagem mas que reclamam, à escala local, a sua integração. Um processo de integração que deve ser aberto, proporcionando espaço para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa.

## Referências Bibliográficas

CML (2008) Carta Educativa de Lisboa. [Acedido em 21 de Setembro de 2010] <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=240>

Cros F (2002) L'innovation en éducation et en formation: topiques et enjeux. In Norbert Alter (direct) *Les Logiques de L'Innovation, Approche Pluridisciplinaire*, Éditions La Découverte, Paris : 213-239.

Fonseca L, Malheiros J (2005). Social Integration & Mobility: education, housing & health. Imiscoe Cluster B5. State of the Art Report. Estudos para o planeamento regional e urbano (67). Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Gervilla A (2008). *Familia e Educación Familiar*. Narcea, S.A. Ediciones, Madrid.

Giménez Romero C (2010) Interculturalidade e Mediação. Cadernos de apoio à formação (04). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (IP), Lisboa.

Hortas M.J (2008) Territories of integration: the children of immigrants in the schools of the Metropolitan Área of Lisbon. *Intercultural Education*. Routledge. London, 19(5): 421- 433.

INE (2001) Recenseamento Geral da População e da Habitação. Lisboa.

Lopes M (2008) *Animação Sociocultural em Portugal*. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. Amarante.

MIGRARE (2010) Relatório Saúde e Imigração: Utentes e Serviços na Área de Influência do Centro de Saúde da Graça. Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Lisboa. (no prelo)

Penninx R, Martiniello M (2010) Processos e Políticas Locais de Integração: estado do conhecimento e ilações. In Marques, M. (coord.) *Estado-Nação e Migrações Internacionais*. Livros Horizonte, Lisboa: 127-159.

Putman R (1993) *Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press, New York.

Rodrigues D (2006) *Educação Inclusiva. Estamos a Fazer Progressos?:* FMH Edições, Lisboa.

White P (2002) Migration and mediterranean urban societies: policy, contexts and concerns. In Fonseca M. L *et al (ed.) Immigration and place in Mediterranean metropolises. Metropolis*. Portugal/Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, Lisboa: 13-30.

Barata Salgueiro, T (2006) Oportunidades de transformação na cidade centro. *Finisterra - Revista portuguesa de Geografia*, XLI(81): 9-32.